

Para sair da inércia

GAZETA MERCANTIL 25 MAI 1998

Joaquim Roriz *

Nessa espécie de crise existencial em que se viu envolvida, depois de inspirar os sonhos de um iluminado, habitar a mente de gênios da prancheta e revelar a ousadia de brasileiros, ilustres e anônimos, Brasília busca uma identidade definitiva. Um verdadeiro divã está à espera de uma cidade que, aos 38 anos, 1,8 milhão de habitantes, deixou no passado a acanhada idéia de um exclusivo centro administrativo e de pólo indutor de desenvolvimento. Até porque o tempo presente é de estruturas públicas enxutas e, de fato, regiões antes inóspitas, e que tinham a capital da República como único dínamo, já caminham por conta em trajetórias próprias de crescimento.

Mas Brasília não precisa negar seu berço burocrático. Muito menos envergonhar-se de ter crescido com uma vocação comercial. E nem deve abdicar, na escolha desse caminho para a emancipação, do perfil empresarial, industrial. A cidade que surgiu sob o signo da crença em uma nova civilização, da genialidade em sua concepção e da oportunidade a todos os brasileiros em sua criação, deve refletir e acomodar as mais diversas características para se consolidar. Uma cidade-síntese do Brasil.

A capital da República já se impôs, é irreversível como sede do poder. Mas a metrópole de cidadãos comuns, e que coabita esse mesmo espaço, está à espera de um projeto definitivo. A cidade já resgatou a dívida histórica que tinha com pioneiros que vieram construí-la, o débito com brasileiros que vieram consolidá-la. E o Programa de Assentamentos, que já teve o seu momento, surgiu como resposta a essa exclusão de décadas, motivado ainda mais por anos de inexistência de projetos de alcance social - o último havia sido em 1971, quando se implantou Ceilândia com o intuito de erradicar invasões - permitindo a conquista de um endereço, a vitória pela cidadania, a famílias que nunca desistiram de lutar.

Hoje, os assentados fazem parte de um contingente maior - o de cidadãos - que enfrenta dificuldades de outra ordem, igual a daqueles brasilienses que já haviam conquistado seu espaço. O desemprego é o mal comum a todos. Todos os sonhos de quem vive na capital da República esbarram em uma taxa de quase 20% de desempregados. É uma calamidade. É um drama que não tem origem na simplista e preconceituosa acusação da migração supostamente fomentada pelos assentamentos.

Essa é uma visão limitada, para não dizer vacanha. Dados do IBGE comprovam, revelam,

tornam claro, esclarecem, encerram a questão, mostrando que o aumento populacional da cidade, entre 1991 e 1994, foi de 2,6% ao ano, o que significa algo próximo ao crescimento vegetativo. E mais. O instituto, responsável pelos dados que norteiam todos os projetos nacionais, tinha uma projeção de 1.875.000 moradores em Brasília, em 1990; seis anos depois, tinha menos: 1.822.218. Ou seja, o discurso do assentamento como fonte migratória serve apenas para quem sofre de miopia segregacionista.

E vou além. Nunca foi gasto um centavo sequer de recursos públicos em propaganda do Programa de Assentamentos. Até porque entendo que projetos sociais têm sua existência previamente justificada, sem a necessidade de se fazer publicidade. Mas essa não é a compreensão de quem hoje exerce o poder local. O Governo do Distrito Federal investiu, em 1997, R\$ 27 milhões no Bolsa Escola, e destinou outros R\$ 13 milhões para uma insensata divulgação do programa. Em nível nacional e até em Roma. Isso sim é um chamariz, uma espécie de mensagem divina, com dinheiro público, para sobreviventes da seca, para desertados de outras regiões.

O efeito é imediato. A Codeplan, órgão do GDF que tem como um de seus objetivos planejar a partir de pesquisas, divulgou este mês dados que indicam que praticamente dobrou o número de migrantes com menos de um ano em Brasília. Em suma, a função básica do administrador público é gerenciar os problemas de municípios, de estados. Não se pode furtar a essa responsabilidade, que envolve da habitação à educação. O que faz Brasília ficar em xeque com seu destino é a soma dessa necessidade de propagandear doação de dinheiro e a paralisia de décadas sem debater os novos rumos.

A inércia, a acomodação na idéia de que Brasília se bastaria como cidade administrativa, o que a engessou por 25 anos, fez fermentar uma dívida econômica, de produtividade, de geração de riqueza e trabalho. Semelhante àquela social que conseguimos resgatar. De 1970 para cá, por exemplo, o Brasil experimentou um crescimento de 70 milhões de habitantes, o equivalente a duas vezes a população da Argentina. A capital da República não ficou incólume a essa "explosão". Nesse período, todas as grandes cidades brasileiras, inclusive e especialmente Brasília, com sua natural sedu-



ção, extrapolaram seus planejamentos. Em algumas outras localidades, projetos foram refeitos, redimensionados. Aqui, não.

O primeiro estudo sério nesse sentido foi desenvolvido por minha equipe de governo, a partir de 1991. E apesar da inconsequente oposição política à época, iniciou-se um trabalho de médio e longo prazos, abruptamente interrompido por um capricho chamado "descontinuidade administrativa". Nos últimos três anos, a cidade foi lançada em um cenário de descalabro, sem rumo, sem proposta, com o presente caótico e um futuro comprometido. Brasília não está sendo feita, muito menos pensada. Ela perde empregos agora, e também não planeja como recuperá-los.

A consequência imediata dessa letargia em se debruçar sobre um novo projeto, em se agir para gradativamente reduzir o índice de desemprego, em buscar criatividade e competência para atrair investimentos, é a transformação de Brasília em uma cidade comum. Com problemas comuns, e graves. Com as mesmas manchetes de violência, com a insegurança de décadas que já acompanha outras metrópoles, com a população refém dentro de casa.

O pavor das ruas não está sendo ditado pelos assentamentos, como querem fazer crer alguns candidatos à eleição ao Palácio do Buriti, que empunham esta bandeira discriminatória. Este medo generalizado é determinado pela falta de emprego, de investimentos, de riqueza a ser dividida, de perspectiva, de possibilidade, de esperança. E esse quadro é geral, atinge todas as classes. A verdade é que esse cotidiano de temor estaria duplicado se faixas sociais tão distintas estivessem vizinhas, entre quadras e invasões, com suas realidades sociais e econômicas díspares. Minha crença humanista me leva a crer em uma coexistência pacífica, mesmo lado a lado, mesmo com esse fosso social, mas não em um cenário de desemprego e descalabro, que agrava essa cruel realidade. O Programa de Assentamento evitou um confronto.

A verdade é que Brasília pode abrigar diversos perfis - burocrático, comercial e de serviços, e mesmo o industrial, ressaltando-se o direito de manter distante a fumaça e os desejos. No primeiro aspecto, é preciso entender que sempre haverá a burocracia federal e a local, por mais que sejam reduzidas. Ne-

cessário se faz valorizar o funcionalismo (que responde por 45% do consumo do Distrito Federal, mesmo em época de retração), inclusive no aspecto financeiro, para que recupere o poder aquisitivo. Essa é uma mola econômica histórica na cidade, que tem efeito imediato entre comerciantes e prestadores de serviço - setores que, juntos, respondem por 73% da economia da capital.

E o que se fez, até hoje, para atrair investidores pesados capazes de criar empregos e produzir renda na velocidade exigida pelo "atraso" de Brasília nessa corrida? Quando se tentou, de 1991 a 1994, a reação de políticos que hoje estão no poder foi a de bloquear os incentivos, inviabilizar os programas de desenvolvimento propostos. Os mesmos incentivos que fizeram indústrias se estabelecerem no Ceará, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e, aqui ao lado, em Goiás.

Hoje, temos um Porto Seco à semelhança de um cemitério, apesar de termos deixado tudo pronto nos aspectos jurídico, econômico e político. A Mitsubishi Corporation, um conglomerado que produz insumos agrícolas, chips e foguetes, que fatura ao ano o mesmo que 15% do PIB do Japão, o equivalente a 50% do PIB brasileiro (US\$ 400 bilhões), já demonstrou interesse real de investir em Brasília. Em agricultura, infra-estrutura, transporte, meio ambiente. Em Catalão (GO), vai inaugurar, em julho, uma unidade de veículos pesados. Mas Brasília não correu atrás, não trabalhou, como nossos vizinhos, para "seduzir" alguma de suas atividades.

E mais. O Distrito Federal está, de maneira privilegiada, no centro geográfico do País, cercado por uma teia de rodovias, hidrovias, ferrovias, que a tornam um potencial entreposto comercial - com recolhimento de impostos aqui. A ligação hidroviária entre diversas regiões está em fase adiantada; ramais vão interligar a capital da República a ferrovias como a Norte-Sul; e novas ramificações rodoviárias unirão vias de intenso tráfego de mercadorias, que cruzam o Centro-Oeste para o transporte de Norte a Sul, e vice-versa.

É lógico observar que, se a postura for essa de hoje, se a vontade política for essa que lembra a paralisia administrativa, Brasília será em definitivo apenas uma passagem de produtos que farão a riqueza de outras regiões, que representarão os empregos de outras cidades. E continuaremos a dizer que a culpa é do passado, como se não tivéssemos o presente para trabalhar o futuro.

* Ex-governador do DF